



Prefeitura Municipal de Orobó
Resolução TC nº 66, de 04 de dezembro de 2019
ANEXO XVI
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO CARLOS FERREIRA JUNIOR
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/ppp/validar.php>

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
0-Consignações (Subtotal)	725.624,84	5.047.467,96	5.188.915,96	0,00	0,00	0,00	58.176,84
Consignações – INSS	58.225,16	889.558,02	871.165,62	0,00	0,00	0,00	7861,56
Consignações – IR	80.167,57	216.625,50	159.129,06	0,00	0,00	0,00	13.660,01
Consignações - ISS	18.737,48	85.878,20	81.904,85	0,00	0,00	0,00	2.060,83
Consignações – Outras	161.672,84	27.564,27	44.589,92	0,00	0,00	0,00	144.562,19
Consignações – Previdência Própria	291.945,42	2.168.418,11	2.297.586,71	0,00	0,00	0,00	162.776,82
Consignações Empréstimos	114.571,09	1.655.354,58	1.730.470,52	0,00	0,00	0,00	304.151,15
Consignações Pensões Alimentícias	305,28	4.069,28	4.069,28	0,00	0,00	0,00	305,28
1-Resto a Pagar (Subtotal)	2.066.585,35	2.116.796,02	1.947.398,80	112.046,07	0,00	0,00	2.123.996,50
0-Processado	1.689.329,24	2.073.796,25	1.589.644,86	94.718,90	0,00	0,00	2.078.761,73
2012	2.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.650,00
2014	815,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,48
2017	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2018	1.684.363,76	0,00	1.589.644,86	94.718,90	0,00	0,00	1.684.363,76
2019	0,00	2.073.796,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.796,25
Subtotal 0-Processado	1.689.329,24	2.073.796,25	1.589.644,86	94.718,90	0,00	0,00	2.078.761,73
1-Não Processado	377.256,11	42.999,77	357.753,94	17.327,17	0,00	0,00	45.174,77
2015	2.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,00
2018	375.081,11	0,00	357.753,94	17.327,17	0,00	0,00	375.081,11
2019	0,00	42.999,77	0,00	0,00	0,00	0,00	42.999,77
Subtotal 1-Não Processado	377.256,11	42.999,77	357.753,94	17.327,17	0,00	0,00	45.174,77
2-Outras (Subtotal)	9.540,95	11.737,48	11.737,48	0,00	0,00	0,00	9.540,95
Cauções e Garantias Diversas	9.535,95	11.737,48	11.737,48	0,00	0,00	0,00	9.535,95
Entidades Credoras	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Total	2.801.751,14	7.176.001,46	7.148.052,24	112.046,07	0,00	0,00	2.717.654,29



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE OROBÓ-PE

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 17 – DEMONSTRAÇÃO DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP
ANEXO XXV DA RES. Nº 66, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE OROBÓ

CNPJ:11.098.717/0001-34

Domicílio da entidade: Av. Gov. Estácio de Coimbra, sn, Centro, Orobó-PE, CEP 55745-000

Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Orobó-PE concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 Município, possui como atividade principal “a administração pública geral”, código 84.11-6-00. Durante exercício de 2019 a execução orçamentária foi realizada com base na Lei Municipal nº 1.073/2018 de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos municipais, além de repasses dos governos estadual e federal através de transferências, dos repasses fundo a fundo e/ou de convênios, para manutenção das ações governamentais no Município de Orobó-PE.

Dados do Gestor:

Nome: Cléber José de Aguiar Silva

Cargo: Prefeito

Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição adaptado pela Resolução TCE-PE nº 047/2018. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata especificamente dos Demonstrativos Contábeis.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Os registros dos fatos contábeis que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. Não houve utilização do critério de exclusão das contas com o 5º nível igual a 2. A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o Real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 047/2018. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo, obedecem ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Os valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não estão contidos neste demonstrativo e nem computados como restos a pagar.

Bases de mensuração utilizadas:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante foi elaborado de forma sintética conforme determina o Anexo XXV da



Resolução TCE-PE nº 67/2019. A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Dívida Flutuante do Município de Orobó representa um saldo total de R\$ 2.717.654,29, que representa a diferença entre as inscrições e baixas ocorridas ao longo do Exercício 2019, em contraponto ao Saldo do Exercício Anterior.

Consignações

O saldo da Dívida com relação às Consignações totaliza R\$ 584.176,84, de acordo com a seguinte descrição:

0-Consignações	584.176,84
Consignações □ INSS	76.617,56
Consignações □ IR	137.664,01
Consignações - ISS	22.710,83
Consignações □ Outras	144.647,19
Consignações □ Previdência Própria	162.776,82
Consignações Empréstimos	39.455,15
Consignações Pensões Alimentícias	305,28

Restos a Pagar:

Houve inscrição de R\$ 2.073.796,25 de Restos a Pagar Processados ao saldo anterior verificado em R\$ 1.689.329,24. Em confronto às baixas por pagamento de R\$ 1.589.644,86 e Cancelamentos no valor de R\$ 94.718,90, o Saldo verificado foi de R\$ 2.078.761,73.

Houve inscrição de R\$ 42.999,77 de Restos a Pagar Não Processados ao saldo anterior verificado em R\$ 377.256,11. Em confronto às baixas por pagamento de R\$ 357.753,94 e Cancelamentos no valor de R\$ 17.327,17; o Saldo verificado foi de R\$ 45.174,77.

Outras Consignações:

Destaca-se a relevância, neste item, de Cauções e Garantias Diversas, que em contraponto à inscrição e baixa no mesmo valor de R\$ 11.737,48 ocorridas no Exercício 2019, manteve o saldo das Outras Consignações em R\$ 9.540,95.

Análise Geral:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios de 2018 e 2019 na ordem de 3,00%. O saldo para o exercício seguinte é de R\$ 2.717.654,29; uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 2.801.751,14, as inscrições totais foram de R\$ 7.176.001,46, os pagamentos no valor de R\$ 7.148.052,24 e cancelamentos no valor de R\$ 112.046,07.

Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FARIAS BRITO e CLÁUDIO BERJOSE DE AGUIAR DA SILVA
Assinado em: http://espe.leg.br/pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do Documento: ebb54430-2933-4641-a1cf-ob8526748ade



d) ADEQUAÇÃO AO PIPCP:

As informações apresentadas no demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e suas particularidades, foram geradas à luz das NBCASP e MCASP, obedecendo a adequação dos itens verificados conforme cronograma estipulado no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis, nos termos da Portaria STN n.º 548/2015.

e) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

No cômputo geral, o demonstrativo enquadra-se nos aspectos formais de estrutura e composição exigido pela Lei 4.320/64, bem como pelas Normas NBCASP, conforme descrição constante do item 'b.' desta Nota Explicativa não havendo, portanto, outras informações relevantes **não suficientemente evidenciadas** ou que não constem na demonstração.

e.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

A demonstração da dívida flutuante é composta das Consignações, Restos a Pagar e Outras Consignações estruturadas nas colunas; saldo anterior, inscrição, baixa e saldo final, conforme modelo proposto na Resolução TCE-PE.

e.2. Descrição dos Itens Mais Relevantes das Consignações:

Em movimentação no Exercício, tornam-se mais relevantes no demonstrativo as consignações do INSS, da Previdência Própria, do Empréstimo Consignado. Porém, com relação aos saldos a serem considerados por efeito de Dívida, torna-se relevante a Previdência Própria e demais Consignações, apresentando os valores conforme dados citados no demonstrativo.

e.3. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como obrigações a pagar no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extra-orçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.